



RSM Brasil

Av. Marquês de São Vicente, 182 - 2º Andar
Barra Funda - SP - Brasil
Cep: 01139-000
T +55 (11) 2348-1000
F +55 (11) 2117-1300

www.rsmbrasil.com.br

ODP - OUTLET DE PASSAGENS LTDA

Demonstrações Financeiras Acompanhadas do
Relatório do Auditor Independente

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Índice

	Página
Relatório de administração	2
Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras	3
Demonstrações Financeiras	6
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras	

ODP – OUTLET DE PASSAGENS LTDA.
CNPJ Nº 45.718.545/0001-76
NIRE Nº 35.2.3878739-6
Relatório da Administração - Exercício 2025

Senhores Cotistas,

Atendendo as disposições legais, submetemos a apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras acompanhadas do relatório (parecer de auditoria) dos auditores independentes, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Considerações:

Mercado: Em 2025, registramos um crescimento no faturamento de 959% em relação a 2024. Esse desempenho reflete nossa capacidade de manter um crescimento sustentável, garantindo solidez e estabilidade – valores essenciais para a continuidade do nosso negócio.

Serviço ao Cliente: A experiência do cliente foi aprimorada através de melhorias contínuas em nossa plataforma online, tornando-a mais intuitiva e eficiente. Implementamos novos canais de suporte e desenvolvemos soluções personalizadas para atender melhor às necessidades dos nossos clientes. Pesquisa de satisfação indicam um aumento na aprovação dos serviços, refletindo a eficácia de nossas iniciativas.

Desenvolvimento Humano: A Outlet de Passagens promoveu, em 2025, ações de capacitação focadas na integração de equipes e no fortalecimento da cultura corporativa, com ênfase em ética, proteção de dados e segurança da informação. O investimento em desenvolvimento humano reflete a preocupação da empresa em garantir operações confiáveis, alinhadas às normas regulatórias e orientadas à qualidade no relacionamento com clientes e parceiros.

GUSTAVO NADER DAMIÃO RODRIGUES
Diretor Presidente
CPF: 032.261.947-55

RODRIGO TREVIZAN
Diretor Executivo
CPF: 259.802.018-90

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos

Cotistas e Administradores do

ODP- Outlet de Passagens Ltda.

Rio de Janeiro- RJ

1. Opinião sobre as demonstrações financeiras

Examinamos as demonstrações financeiras da **ODP- Outlet de Passagens Ltda. (“Empresa”)** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos abrangentes, das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **ODP- Outlet de Passagens Ltda.** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2. Base para opinião sobre as demonstrações financeiras

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Empresa de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sobre as demonstrações financeiras.

3. Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Empresa, continuar operando, divulgando quando aplicável, os assuntos relacionados a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

4. Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando,

individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 17 de abril de 2026.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Luiz Claudio Fontes".

Luiz Claudio Fontes

Contador CRC 1RJ-032.470/O-9

RSM Brasil Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-030.002/O



ODP - OUTLET DE PASSAGENS LTDA

CNPJ: 45.718.545/0001-76

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<u>Ativo</u>			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.446	767
Contas a Receber			
. Clientes	4	33.317	2.774
. Partes relacionadas	4	3.017	2.149
		36.334	4.923
Mútuos a receber - Partes Relacionadas	4	15.919	-
Impostos a recuperar	5	1.713	204
Despesas antecipadas	6	26	18
Outras contas circulantes ativas	7	590	591
Total do Circulante		56.029	6.504
Não circulante			
Realizável a Longo Prazo			
. Créditos de tributos diferidos (CSLL e IRPJ)	15.3	3	376
Imobilizado	8	119	-
Total do Não Circulante		122	376
Total do Ativo		56.152	6.879

As Notas Explicativas são parte Integrante das Demonstrações Financeiras

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
<u>Passivo e Patrimônio líquido</u>			
Circulante			
Empréstimos e financiamentos			
Fornecedores a pagar			
. Nacionais- terceiros	9	2.562	191
. Partes relacionadas	9	45.980	3.380
		48.542	3.571
Salários, encargos e obrigações sociais	10	1.411	87
Impostos a recolher, exceto CSLL e IRPJ	11	978	91
Imposto de renda e contribuição social	15	1.937	270
Outras contas a pagar	12	41	35
Total do Circulante		52.909	4.054
Não circulante			
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	13	-	3.170
Provisão para passivos contingentes	14	10	-
Total do Não Circulante		10	3.170
Patrimônio líquido			
Capital social subscrito	16	100	100
Reserva de lucros		3.133	(445)
Total do Patrimônio Líquido		3.233	(345)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		56.152	6.879

As Notas Explicativas são parte Integrante das Demonstrações Financeiras.



ODP - OUTLET DE PASSAGENS LTDA

CNPJ: 45.718.545/0001-76

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receita Operacional Líquida	17	42.233	4.401
Custo dos serviços prestados	18	(691)	(630)
Lucro bruto		41.542	3.771
(Despesas) receitas operacionais			
Despesas administrativas	19	(28.309)	(1.975)
Despesas comerciais	19	(12.390)	(2.740)
Outras receitas e (despesas) operacionais	20	5.238	1.925
Total (despesas) receitas operacionais		(35.461)	(2.790)
Lucro operacional, exceto resultado financeiro		6.081	981
Resultado financeiro líquido (despesa) receita financeira	21	(194)	39
Lucro antes dos impostos		5.887	1.020
Impostos de renda e cont. social correntes	15.1	(1.937)	(270)
Impostos de renda e cont. social diferidos	15.2	(373)	(127)
Prejuízo (Lucro) líquido do exercício		3.578	623
Prejuízo (Lucro) por quota em reais		35,78	6,23

As Notas Explicativas são parte Integrante das Demonstrações Financeiras.

Nota: As demonstrações dos resultados abrangentes não estão sendo apresentadas, visto que inexistiram lançamentos contábeis que impactaram essa rubrica.



ODP - OUTLET DE PASSAGENS LTDA
CNPJ: 45.718.545/0001-76

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LIQUIDO

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em reais)

	Capital social subscrito e integralizado	Lucros Acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2023	100	(1.068)	(968)
Lucro Líquido do exercício		623	623
Saldo em 31 de dezembro de 2024	100	(445)	(345)
Lucro Líquido do exercício		3.578	3.578
Saldo em 31 de dezembro de 2025	100	3.133	3.233

As Notas Explicativas são parte Integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em reais)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício	3.578	623
Imposto de renda e contr. social – Diferidos	373	127
Provisão p/riscos fiscais, trabalhistas e outros	10	(3)
Despesa de depreciação s/ imobilizado	5	-
Lucro Líquido do Exercício Ajustado	3.965	747
(Aumento) redução dos ativos:		
Clientes e operações a receber	(47.331)	(1.022)
Impostos e contribuições a recuperar	(1.509)	(176)
Despesas antecipadas	(8)	-
Outros créditos a receber	1	(339)
Aumento (redução) dos passivos:		
Fornecedores	2.371	66
Salários e encargos	1.323	15
Impostos a recolher	2.555	276
Partes relacionadas	42.600	1.812
Outros passivos	6	16
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	3.973	1.395
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisições de imobilizado	(124)	-
Adiantamento p/aumento de capital (Investidas)	(3.170)	(733)
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimentos	(3.294)	(733)
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	679	662
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	767	106
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	1.446	767
Variação do Caixa e Equivalentes de Caixa no Exercício	679	662

As Notas Explicativas são parte Integrante das Demonstrações Financeiras.

1. Contexto Operacional

A Empresa foi constituída em 2022 tendo como objetivo intermediação, agenciamento e corretagem de negócios/títulos em geral por meios físicos e/ou digitais, sem especificação definida (exceto imobiliário), promovendo a integração entre profissionais/empresas/consumidores.

A Empresa faz parte do Grupo JCA que atua em outras empresas do mesmo ramo de atividade. As Empresas do Grupo JCA são:

- Auto Viação 1001 Ltda.
- Viação Cometa S.A.
- Auto Viação Catarinense Ltda.
- Expresso do Sul S.A.
- Rápido Macaense Ltda.
- SIT Macaé Transportes S.A. (controlada diretamente pela Rápido Macaense Ltda.)
- Rápido Ribeirão Preto Ltda.
- Opção JCA Turismo e Fretamento Ltda.
- Metar Logística Ltda.
- Wemobi - Mobilidade e Tecnologia Ltda.
- Clube Giro Ltda.
- ODP - Outlet de Passagens Ltda.
- Busco S.A

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Milhares de Reais (R\$ mil), sendo o Real a moeda funcional da Empresa, exceto quando indicado de outra forma.

2. Resumo das Principais Práticas Contábeis

2.1. Base de Apresentação

As demonstrações financeiras da Empresa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). As demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria da Empresa em 18 de março de 2026, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que tiveram efeito sobre as divulgações das referidas demonstrações financeiras.

2.2. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos financeiros de curto prazo de alta liquidez com vencimentos não superiores há 90 dias e com risco insignificante de mudança de valor de mercado.

2.3. Contas a receber de clientes e outros recebíveis

As contas a receber estão registradas pelos valores efetivamente faturados e estão apresentadas a valores de realização. Quando necessária, a provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa é constituída com base em histórico no relacionamento com os clientes e considerada suficiente para a expectativa de perdas na realização de créditos.

2.4. Contas a Receber e a Pagar a Partes Relacionadas e Mútuos a Receber e Pagar a Partes Relacionadas

Os contratos de mútuos ativos e passivos mantidos com partes relacionadas vencem em 30 de dezembro de 2025 e são renováveis automaticamente. Sobre esses mútuos não incidem juros e atualização monetária. Ainda, destaca-se que a administração está convicta no efetivo recebimento dos seus contas a receber provenientes das operações rotineiras e dos seus mútuos a receber como descrito na Nota Explicativa N°4, e, portanto, inexistente uma provisão para perdas em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

2.5. Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros (teste de *impairment*)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido de seus principais ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

2.6. Fornecedores a Pagar a Terceiros e a Partes Relacionadas

Saldos a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, os saldos a pagar aos fornecedores são apresentados como passivo não circulante.

2.7. Outros Ativos e Passivos (Circulantes e Não Circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos-futuros serão gerados em favor da empresa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.8. Impostos

As despesas do Imposto de Renda (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Esses impostos são reconhecidos na demonstração do resultado calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidos de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para o IRPJ e 9% sobre o lucro tributável para a CSLL.

O IRPJ e a CSLL ("Impostos Diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais de IRPJ e base negativa de CSLL, apenas quando for provável que apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. O IRPJ e a CSLL correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos como tal, respectivamente.

2.9. Provisões

Provisões Passivas em Geral- Provisões são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Provisão para Contingências Passivas (Demandas Judiciais e Administrativas)

A Empresa é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como, prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

(Valores Expressos em Milhares de Reais-R\$, Exceto Quando Indicado de Outro Modo)

Ativos Contingentes: são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

Passivos Contingentes: são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa, e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

Obrigações Legais: são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito dos processos em que a empresa questiona a constitucionalidade dos tributos.

2.10. Reconhecimento de Receitas

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Empresa. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos. Geralmente, o montante de receitas brutas é equivalente ao valor das notas fiscais emitidas.

A Empresa reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Empresa e (iii) critérios específicos tenham sido atendidos para cada atividade da empresa, conforme descrição a seguir:

Vendas de Serviços- A receita proveniente do transporte de passageiros é reconhecida no momento da utilização dos serviços pelo passageiro e pela disponibilização dos serviços de transporte realizados pela empresa.

Receita Financeira - A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.11. Instrumentos Financeiros

Instrumentos financeiros não derivativos incluem caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, operações com partes relacionadas, empréstimos e financiamentos, fornecedores, contas a pagar e outras dívidas. Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com a NBC TG 48 - Instrumentos Financeiros, adotado pela Empresa a partir de 01 de janeiro de 2018. Após o reconhecimento inicial, a Empresa classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao:

Custo amortizado: quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, quando

(Valores Expressos em Milhares de Reais-R\$, Exceto Quando Indicado de Outro Modo)

pela venda desses ativos financeiros. Além disso, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Valor Justo por meio do Resultado (VJR): quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Empresa gerência e toma as decisões de compra e venda de t a i s investimentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Empresa. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem com os resultados de suas flutuações no valor justo.

Os passivos financeiros não derivativos são mensurados ao Custo amortizado: passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido, desde que não seja um item mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios da Empresa para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas suas características de fluxos de caixa. Da mesma forma, a Empresa classifica os passivos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado utilizam o método de taxa de juros efetiva, ajustados por eventuais reduções no valor de liquidação.

Valor justo por meio do resultado: quando classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício;

Instrumentos financeiros derivativos e *hedge accounting*

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de *hedge* são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado, com exceção da parcela eficaz do *hedge accounting*, que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido classificado como outros resultados abrangentes. Os valores contabilizados em outros resultados abrangentes são transferidos imediatamente para a demonstração do resultado quando a transação objeto de *hedge* afetar o resultado. A Empresa, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não tinha derivativos e consequentemente *hedge accounting*.

2.12. Demonstração dos Fluxos de Caixa

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada e está apresentada de acordo com a Deliberação CVM nº 641/2010, que aprovou o Pronunciamento Contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e reflete as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados.

2.13. (Prejuízo) por Quota

É calculado com base na quantidade de quotas/ ações em circulação do capital subscrito e integralizado na data dos balanços patrimoniais.

2.14. Uso de Estimativas e Julgamentos

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das práticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e que possuem maior complexidade, bem como as áreas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa nº 4- Provisão para perda esperada sobre contas a receber de clientes;
- Nota Explicativa nº 14- Provisão para contingências; e
- Nota Explicativa nº 23- Valor justo dos ativos financeiros.

2.15. Adoção das CPCs Novos e Revisados

CPCs/IFRSs Novas e Alteradas em Vigor no Exercício Corrente

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2025:

- **Alterações ao IAS 21/CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis:** em agosto de 2023, o IASB alterou o IAS 21 - "Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis", adicionando novos requisitos com o objetivo de ajudar as entidades a determinar se uma moeda é conversível em outra moeda e, quando não for, qual a taxa de câmbio à vista a ser utilizada. Antes dessas alterações, o IAS 21 somente estabelecia a taxa de câmbio a ser utilizada quando a falta de conversibilidade fosse temporária. As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2025.

A Empresa não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras.

CPCs/IFRSs Novas e Revisadas Já Emitidas, Porém Ainda Não Adotadas

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2025. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

(Valores Expressos em Milhares de Reais-R\$, Exceto Quando Indicado de Outro Modo)

- **Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7-Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros:** em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" e IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Evidenciação" para responder a questões práticas recentes, melhorar o entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis à empresas em geral e não apenas à instituições financeiras.

São as seguintes alterações:

- a. esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa;
- b. esclarecem e adicionam orientação para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de somente pagamento de principal e juros ("SPPI *test*"), incluindo situações de ocorrência de um evento contingente;
- c. adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ESG); e
- d. atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI").

As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2026. A Empresa não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras.

- **Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza:** em dezembro de 2024, o IASB alterou os requisitos de aplicação de *own use* e *hedge accounting* previstos no IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", bem como adicionou certos requerimentos de divulgações do IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Evidenciação", com o objetivo de assegurar que as demonstrações financeiras apresentem de forma adequada os efeitos de contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza (ex.: energia eólica, energia solar, etc.), descritos como '*contracts referencing nature-dependent electricity*'. Portanto, se aplicam somente a contratos que expõem uma entidade a variabilidade em função da volatilidade na geração de energia que dependa de condições da natureza.

As alterações trazem: a. orientações para a determinação pela entidade se os contratos de energia, que dependem de condições da natureza, devem ser tratados contabilmente como contratos de *own use*, b. condições a serem consideradas para aplicação de *hedge accounting* (*cash flow hedge*) e c. divulgações sobre características contratuais que expõem a entidade a variabilidades, compromissos contratuais ainda não reconhecidos (fluxos de caixa estimados) e efeitos dos contratos na performance da entidade durante o exercício.

(Valores Expressos em Milhares de Reais-R\$, Exceto Quando Indicado de Outro Modo)

As referidas alterações são aplicáveis a exercícios/períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026. A Empresa está em processo inicial de análise dos efeitos dessas alterações em suas demonstrações financeiras, porém não espera que resultem em impactos materiais.

- **IFRS 18-Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** essa nova norma contábil substituirá o IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Contábeis", introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras. A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Empresa. A partir de uma avaliação preliminar realizada, os seguintes impactos potenciais foram identificados:
 - a. Embora a adoção do IFRS 18 não tenha impacto no lucro líquido da Empresa, espera-se que o agrupamento de itens de receitas e despesas na demonstração do resultado nas novas categorias tenha impacto em como o resultado operacional é calculado e divulgado.
 - b. Os itens de linha apresentados nas demonstrações financeiras primárias podem mudar como resultado da aplicação dos princípios aprimorados sobre agregação e desagregação. Além disso, como o ágio deverá ser apresentado separadamente no balanço patrimonial, a Empresa desagregará o ágio e outros ativos intangíveis e os apresentará separadamente no balanço patrimonial.
 - c. A Empresa não espera que haja mudança significativa nas informações que são atualmente divulgadas nas notas explicativas, uma vez que o requisito de divulgação de informações materiais permanece inalterado; no entanto, a maneira como as informações são agrupadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação/desagregação. Além disso, haverá novas divulgações significativas necessárias para: i. medidas de desempenho definidas pela administração; ii. abertura da natureza de determinadas linhas de despesas apresentados por função na categoria operacional da demonstração de resultado; e iii. para o primeiro ano de aplicação do IFRS 18, uma reconciliação para cada linha da demonstração de resultado entre os valores reapresentados pela aplicação do IFRS 18 e os valores apresentados anteriormente pela aplicação do IAS 1.
- No que se refere à demonstração dos fluxos de caixa, haverá mudanças em como os juros recebidos e pagos são apresentados. Os juros pagos serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento e os juros recebidos como fluxos de caixa de investimento.

(Valores Expressos em Milhares de Reais-R\$, Exceto Quando Indicado de Outro Modo)

A nova norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é, as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão reapresentadas de acordo com o IFRS 18.

- **IFRS 19 - Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas: Divulgações e alterações:** Esta nova norma e alterações permitem que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam sob normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) apliquem requisitos de divulgação reduzidos, de forma a equilibrar as necessidades de informação dos usuários das demonstrações financeiras das subsidiárias elegíveis com a economia de custos para os preparadores. O IFRS 19 é uma norma voluntária para subsidiárias elegíveis. A nova norma IFRS 19 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027. A Empresa não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras.

- **Melhorias Anuais às normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) - Volume 11:** As melhorias anuais se limitam a alterações que visam esclarecer a redação de algumas normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) ou corrigir consequências não intencionais relativamente menores, omissões ou conflitos entre os requisitos das normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*). As alterações referem-se às seguintes normas:

IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro;

IFRS 7 - Instrumentos Financ.: Divulg. e sua Orientação de Implementação do IFRS 7;

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros; e

IFRS 10-Demonst. Consolidadas; e IAS 7-DFC.

Vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. A Empresa não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras.

- **Alterações ao IAS 21 - Tradução para uma Moeda de Apresentação Hiperinflacionária:** Essas alterações de escopo restrito especificam os procedimentos de tradução para uma entidade cuja moeda de apresentação é a de uma economia hiperinflacionária. A entidade aplica as alterações se: a. Sua moeda funcional for a de uma economia não hiperinflacionária e ela estiver traduzindo seus resultados e posição financeira para a moeda de uma economia hiperinflacionária; ou b. Estiver traduzindo para a moeda de uma economia hiperinflacionária os resultados e a posição financeira de uma operação no exterior cuja moeda funcional seja a de uma economia não hiperinflacionária.

As alterações têm como objetivo melhorar a utilidade das informações resultantes de maneira eficiente em termos de custos. Desenvolvidas em resposta ao *feedback* de partes interessadas, espera-se que essas alterações reduzam a diversidade de práticas e proporcionem uma base mais clara para o reporte em moeda hiperinflacionária.

Vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. A Empresa não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras.

- **Alterações aos Exemplos Ilustrativos sobre IFRS 7, IFRS 18, IAS 1, IAS 8, IAS 36 e IAS 37 - "Divulgação de Incertezas nas Demonstrações Financeiras":** Essas alterações incluem exemplos que ilustram como uma entidade pode aplicar os requisitos das normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) para divulgar os efeitos de incertezas em suas demonstrações financeiras.

Os exemplos demonstram como divulgar os impactos de incertezas em cenários relacionados ao clima, mas os princípios e requisitos também são aplicáveis à divulgação de outras incertezas. Os exemplos não acrescentam nem alteram exigências das normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) e, portanto, não há requisitos de transição. Em vez disso, esses exemplos acompanharão as respectivas normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) às quais estão relacionados.

Não se espera que essas novas normas e alterações de normas tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras a Empresa.

Não há outras normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Empresa

3 Caixa e equivalentes

Composição

	31/12/2025	31/12/2024
Bancos Conta Movimento	1.020	17
Aplicações financeiras (CDB) c/ remuneração baseada no CDI	427	750
	1.446	767

4 Contas a Receber de Clientes e de Partes Relacionadas

	31/12/2025	31/12/2024
Cartões de Crédito	33.317	2.774
Total de Contas a Receber de Clientes	33.317	2.774

ODP - OUTLET DE PASSAGENS LTDA.**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras****Exercícios Findos em 31 de dezembro 2025 e 2024**

(Valores Expressos em Milhares de Reais-R\$, Exceto Quando Indicado de Outro Modo)

**Composição do Contas a Receber de Clientes**

	31/12/2025	31/12/2024
Auto viação Catarinense Ltda	133	-
JCA Opção-Turismo e Fretamento	2.812	2.112
Auto Viação 1001 Ltda	5	36
CLUBE GIRO LTDA	2	-
Viação Cometa S/A	2	-
Auto Viação Catarinense Ltda.	62	-
Total de Contas a Receber de Partes Relacionadas	3.017	2.149

Mútuos a receber - Partes Relacionadas

	31/12/2025	31/12/2024
Auto Viação 1001 Ltda.	15.399	-
Viação Cometa S/A.	520	-
	15.919	-

5 Impostos a recuperar**Composição**

	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de renda Retido na Fonte	1.713	204
Total dos Impostos a Recuperar	1.713	204

6 Despesas antecipadas**Composição**

	31/12/2025	31/12/2024
Vale Transporte	5	3
Refeitório	21	-
Outras despesas antecipadas (IPTU)	-	18
Total das Despesas Antecipadas	26	18

7 Outras contas circulantes ativas**Composição**

	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamentos a fornecedores	544	591
Outras	46	-
Total das Outras Contas Ativas (Circulantes)	590	591

ODP - OUTLET DE PASSAGENS LTDA**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras****Exercícios Findos em 31 de dezembro 2025 e 2024**

(Valores Expressos em Milhares de Reais-R\$, Exceto Quando Indicado de Outro Modo)

**8 Imobilizado Líquido****8.1 Composição do imobilizado líquido de depreciação**

	(%)Taxa de depreciação anual	31/12/2025	31/12/2024
Móveis e utensílios	10%	119	-
Total Líquido do Imobilizado	-	119	-

8.2 Movimentação do Imobilizado

	31/12/2024	Compras	Baixas	Depreciação	31/12/2025
Móveis e utensílios	-	124	-	(5)	119
Total	-	124	-	(5)	119

9. Fornecedores a Pagar a Terceiros e a Partes Relacionadas e Passivos com Partes Relacionadas**Terceiros:**

	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores - Serviços	2.562	191
Total	2.562	191

Composição dos Fornecedores a Pagar a Partes Relacionadas

	31/12/2025	31/12/2024
Auto Viação 1001 Ltda	13.319	729
Viação Cometa S. A	22.531	1.195
Auto Viação Catarinense Ltda	7.221	998
Expresso do Sul S/A.	1.843	426
Rápido Ribeirão Preto Ltda	796	33
CLUBE GIRO LTDA	270	-
Total de Fornecedores a Pagar a Partes Relacionadas	45.980	3.380

ODP - OUTLET DE PASSAGENS LTDA.**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras****Exercícios Findos em 31 de dezembro 2025 e 2024**

(Valores Expressos em Milhares de Reais-R\$, Exceto Quando Indicado de Outro Modo)

**10. Salários e encargos e obrigações Sociais****Composição**

	31/12/2025	31/12/2024
Férias e Retrospectivos Encargos Sociais	829	54
Salários a pagar	288	20
Encargos previdenciários a recolher- INSS/FGTS	294	13
Total Salários, Encargos e Obrigações Sociais	1.411	87

11. Impostos a Recolher, Exceto IRPJ e CSLL**Composição**

	31/12/2025	31/12/2024
PIS e COFINS a recolher	671	77
Retenções tributárias a recolher	307	14
Total de Impostos a Recolher, Exceto IRPJ e CSLL	978	91

12. Outras contas a pagar**Composição**

	31/12/2025	31/12/2024
Outras contas a pagar	41	35
Total de Outras Contas a Pagar	41	35

13. Composição dos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital

	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	3.170
Total dos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	-	3.170

14. Composição da Provisão para Contingências

Durante o curso normal de seus negócios, a Empresa fica exposta a certas contingências e riscos, que incluem processos fiscais, trabalhistas e cíveis e com agência reguladora em discussão, em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Empresa possuía registrados os seguintes valores a título de provisão para cobrir riscos prováveis:

ODP - OUTLET DE PASSAGENS LTDA**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras****Exercícios Findos em 31 de dezembro 2025 e 2024**

(Valores Expressos em Milhares de Reais-R\$, Exceto Quando Indicado de Outro Modo)

**14.1 Composição da Provisão para Contingências**

	31/12/2025	31/12/2024
Causas Cíveis	10	-
	10	-

Movimentação da Provisão para Contingências

	31/12/2025	31/12/2024
Exercício Findo em 31 de dezembro de 2024	-	3
Adições (diminuições) de provisão	10	(3)
Exercício Findo em 31 de dezembro de 2025	10	-

15. Impostos (IRPJ e CSLL) Correntes e Diferidos**15.1. (Despesas) de impostos (IRPJ e CSLL) correntes**

	31/12/2025	31/12/2024
(Prejuízo) Antes dos Impostos	5.887	1.020
Adições Permanentes		
Despesas indedutíveis	976	217
Total de ad. perm.	976	217
Valor total geral das adições	976	217
Exclusões:		
Temporárias		
Provisão para contingência	10	(3)
Total geral das exclusões	10	(3)
Compensação da base negativa	(1.105)	-
Lucro tributável	5.767	1.234
34%	1.937	270
Despesa de IRPJ e de CSLL	1.937	270

15.2. Receita de Impostos (IRPJ e CSLL) Diferidas

	31/12/2025	31/12/2024
Receita de imposto de renda diferido, líquida	(373)	(127)
Total da Receita de Impostos (IRPJ e CSLL), diferida	(373)	(127)

ODP - OUTLET DE PASSAGENS LTDA.**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras****Exercícios Findos em 31 de dezembro 2025 e 2024**

(Valores Expressos em Milhares de Reais-R\$, Exceto Quando Indicado de Outro Modo)

**15.3. Impostos (IRPJ e CSLL) diferidos ativos**

	31/12/2025	31/12/2024
Bases Temporárias Ativas		
Provisão para Contingências	10	-
Prejuízo Fiscal de IRPJ e Base Negativa de CSLL	-	1.105
Total das Bases Temporárias	10	1.105
Alíquota dos Impostos (IRPJ e CSLL)	34%	34%
Total de Impostos (IRPJ e CSLL)	3	376

16. Patrimônio Líquido**Composição do Capital Social Subscrito e Integralizado**

	Número de quotas	31/12/2025	31/12/2024
JCA Holding, Transportes, Logística e Mobilidade Ltda.	100,000	100.000,00	100.000,00
	100,000	100.000,00	100.000,00

17. Receita Operacional Líquida**Composição**

	31/12/2025	31/12/2024
Receita bruta:		
Receitas de Taxa de Serviço	43.236	4.531
Total da Receita Bruta	43.236	4.531
Deduções da Receita		
(-) Impostos incidentes de vendas	(1.003)	(130)
Total das Deduções de Vendas	(1.003)	(130)
Total da Receita Operacional Líquida	42.233	4.401

18. Custos dos Serviços Prestados**Composição**

	31/12/2025	31/12/2024
Outros Custos (Pessoal, Manutenção e Outros operacionais)	(691)	(630)
Total dos Custos dos Serviços Prestados	(691)	(630)

ODP - OUTLET DE PASSAGENS LTDA**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras****Exercícios Findos em 31 de dezembro 2025 e 2024**

(Valores Expressos em Milhares de Reais-R\$, Exceto Quando Indicado de Outro Modo)

**19. (Despesas) Gerais e Administrativas e (Despesas) Comerciais****Composição**

	31/12/2025		31/12/2024	
	Despesas		Despesas	
	Administrativas	Comerciais	Administrativas	Comerciais
Salários e encargos	(5.584)	(519)	(391)	(24)
Benefícios a empregados	(137)	(11)	(15)	(2)
Serviços de terceiros	(4.144)	(599)	(247)	(335)
Despesas Tributárias	(4.930)	-	(618)	-
Despesas com cartões	-	(6.270)	-	(443)
Utilidade e serviços públicos	(4)	-	(5)	-
Despesas com aluguéis	(93)	(29)	(3)	(21)
Outros	(13.413)	(4.961)	(695)	(1.915)
TOTAL	(28.309)	(12.390)	(1.975)	(2.740)

20. Outras Receitas (Despesas) Operacionais**Composição das Outras Receitas (Despesas) Operacionais**

	31/12/2025	31/12/2024
Total Outras receitas		
Provisão p/ contingência cíveis	(10)	3
Outras despesas	5.247	1.923
Total Outras despesas	5.238	1.925

21. Resultado Financeiro, líquido**Composição do Resultado Financeiro, líquido**

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras		
Receitas de aplicação financeira	290	57
Total das receitas financeiras	290	57
Despesas bancárias	(485)	(17)
Total das despesas financeiras	(485)	(18)
Resultado Financeiro Líquido	(194)	39

22.Cobertura de Seguros

A Empresa tem como política contratar cobertura de seguros para responsabilidade civil, seguros para determinados veículos e outras necessidades, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros e levam em consideração a natureza de sua atividade e o grau de risco envolvido. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

23.Gerenciamento de Riscos de Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros atualmente utilizados pela empresa restringem-se a caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e a pagar nacionais, empréstimos e financiamentos, em condições normais de mercado, estando reconhecido nas demonstrações financeiras pelos critérios descritos na Nota Explicativa nº 2. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais visando liquidez, rentabilidade e minimização de riscos. A Empresa não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Considerando o prazo e as características destes instrumentos, os valores contábeis se aproximam dos valores justos. A Empresa adota políticas e procedimentos de controle de riscos, conforme descrito a seguir:

(i) Política de Gestão de Riscos Financeiros

A Empresa possui e segue a política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos desta política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas, a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos periodicamente os limites de crédito. A política de gerenciamento de risco da Empresa foi estabelecida pela Administração, e nos seus termos, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa, ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

(ii) Risco de Estrutura de Capital (ou Risco Financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a empresa faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a empresa monitora e gerência permanentemente os níveis de endividamento de acordo com sua política interna, a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos periodicamente os limites de crédito. A política de gerenciamento de risco da empresa foi estabelecida pela Administração, e nos seus termos, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa, ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

(iii) Risco de Crédito

A política de vendas da empresa considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites de posição são procedimentos adotados para minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber. No que diz respeito às negociações financeiras e demais investimentos, a empresa tem como política trabalhar com instituições de primeira linha.

(iv) Risco de Liquidez

É o risco de a Empresa não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela Administração.

(v) Risco de Taxas de Juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de a empresa incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Empresa monitora continuamente as taxas de juros de mercado, com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade destas taxas.

(vi) Valorização dos Instrumentos Financeiros

Destacamos os seguintes pontos: Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o valor contábil dos instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial, tais como disponibilidades, contas a receber e empréstimos e financiamentos, aproximam-se de seus respectivos valores de mercado; (ii) A Empresa não contrata operações envolvendo derivativos financeiros em proteção à exposição aos riscos de mercado, moedas e taxa de juros; e (iii) Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos e os critérios de avaliação estão a seguir descritos:

	31/12/2025	31/12/2024
Ativos Financeiros		
Avaliados ao Custo Amortizado:		
Caixa e equivalentes de caixa	1.446	767
Contas a Receber de clientes e de partes relacionadas	36.334	4.923
	37.781	5.690
Passivos Financeiros		
Avaliados ao Custo Amortizado:		
Fornecedores a pagar a terceiros e partes relacionadas	48.542	3.571
Outros passivos	41	35
	48.583	3.606

ODP - OUTLET DE PASSAGENS LTDA.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de dezembro 2025 e 2024

(Valores Expressos em Milhares de Reais-R\$, Exceto Quando Indicado de Outro Modo)



24. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria e autorizadas para emissão em 17 de abril de 2026.

Rodrigo Trevizan

Diretor Executivo

CPF: 259.802.018-90

Alexandre Arantes Carvalho

Contador

CRC RJ nº RJ-127812/O-9

CPF: 134.356.907-98